



Senado analisa repasse de bens de traficantes aos estados

Essa e outras três MPs trancam a pauta do Plenário. Entre elas, a que acaba com o prazo para o cadastro rural e a que mantém servidores requisitados na Defensoria Pública

Segundo a MP, o repasse dos bens apreendidos de criminosos aos entes federados não mais dependerá de convênio e poderá ser feito de forma direta, como transferência voluntária. A condição é que as polícias tenham estrutura para gerir os ativos e não deixem de enviar os dados estatísticos de repressão ao tráfico ao sistema de informações do Executivo federal. Também na pauta de amanhã do Plenário a MP que autoriza o Comando da Aeronáutica a prorrogar, até junho de 2021, 30 contratos do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial firmados a partir de junho de 2015. O instituto é responsável pela certificação de equipamentos e sistemas usados pela Força Aérea. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 1/10/2019

Três MPs sofreram mudanças na Câmara e agora serão votadas como projetos de lei de conversão. A quarta MP trata de contratos da Aeronáutica

Audiência pública discute hoje Previdência Social e trabalho

Aniele Nascimento/Gazeta do Povo



Votação em primeiro turno da reforma da Previdência foi concluída na quarta-feira passada

Audiência na Comissão de Direitos Humanos discute hoje Previdência e trabalho, com foco na proposta de reforma da Previdência Social. O debate, com especialistas em direito previdenciário e tributário e representantes da Receita Federal e do Ministério da Economia, integra um ciclo de reuniões sobre o assunto. O senador Paulo Paim, que solicitou os debates, já anunciou que apresentará 20 emendas para suprimir trechos do texto da PEC. **3**

Conselho de Comunicação analisa punição a fake news **2**

Presidente Jair Bolsonaro sanciona nova Lei das Teles **3**

Movimento de jovens católicos Segue-me recebe homenagens dos senadores

O movimento católico Segue-me recebeu homenagem na sexta-feira em sessão especial no Plenário. Fundado no Guará, no Distrito Federal, em 1979, o movimento foi inspirado no Encontro

de Jovens com Cristo. O senador Paulo Paim, que conduziu a sessão, afirmou que a juventude precisa acreditar na democracia e na justiça e defender o amor, como Cristo fez. **2**

Waldemir Barreto/Agência Senado



Presidindo a sessão, Paulo Paim diz que a juventude precisa acreditar no Brasil para o país dar certo

ARQUIVO **S**



Opus

Ilustração retrata o médico inglês Edward Jenner, descobridor da primeira vacina da história

População fugia da vacina no Império

Documentos do Arquivo do Senado mostram que, apesar de o governo imperial oferecer vacina contra a varíola gratuitamente, boa parte da

população não se imunizava. Entre os motivos, estavam notícias falsas que diziam que a vacina, em vez de evitar, provocava a doença. **4**



Entre representantes do Segue-me e da Arquidiocese de Brasília, Paulo Paim (C) comanda sessão especial

Senado faz homenagem a movimento de jovens

Os 40 anos do encontro de jovens católicos Segue-me, fundado no Distrito Federal, foram comemorados na sexta-feira em Plenário. A sessão foi requerida pelo senador Izalci Lucas

O SENADO HOMENAGEOU na sexta-feira o movimento católico Segue-me. Fundado no Guará, no Distrito Federal, o movimento foi inspirado no Encontro de Jovens com Cristo, criado em São Paulo. O primeiro Segue-me foi feito há 40 anos, em 1979.

— O Segue-me é responsável por despertar em milhares de jovens a realidade cristã, o relacionamento familiar e o trabalho na igreja. Vida longa ao Segue-me e que Deus continue abençoando todos os seguidores — disse o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), autor do requerimento para a homenagem, em uma mensagem por vídeo.

A coordenadora jovem do Segue-me na Arquidiocese de Brasília, Cássia Dantas, afirmou que o movimento se expandiu e hoje está presente em 24 cidades do Brasil. Para

ela, é emocionante relembrar a trajetória do grupo, que hoje é como uma família.

— Deus é amor. É impossível não se emocionar, não olhar lá para trás na nossa trajetória. Só temos a agradecer às pessoas que todos os dias fazem com que cada tijolinho vá se moldando e que a gente vá construindo nossa família, nossa casa, e abrindo portas para outros jovens que estão lá fora e que precisam conhecer a Deus e ouvir um pouquinho desse amor — disse a coordenadora.

O coordenador-geral do Segue-me Brasil, Pedro Henrique Modesto, definiu o movimento como “um batalhão de amor”, que dá às pessoas a oportunidade de ter momentos de intimidade com Deus, compreender melhor a família e aceitar sem julgamentos.

Representante dos segui-

dores do movimento, Sérgio Ferreira homenageou o diretor Espiritual do Segue-me na Arquidiocese de Brasília, o padre Ghibauldo Orestes, que completou 101 anos em 2019.

— Nosso padre Orestes é considerado um ícone por todos os jovens do Segue-me. Ele abriu mão de sua herança e sua cidadania na Itália para se dedicar à vida sacerdotal e de doação aos trabalhos ligados à Juventude em nosso país — agradeceu.

O religioso também foi homenageado pelo pároco da Arquidiocese de Brasília e auxiliar do Segue-me, padre Getúlio Alencar.

O senador Paulo Paim (PT-RS), que conduziu a sessão, afirmou que juventude está na alma, no coração e nas causas que cada pessoa defende e lembrou que é preciso fazer o bem, seja a quem for.

Paim defende presença da sociedade na eleição de conselhos tutelares

A participação da sociedade na eleição dos novos conselhos tutelares foi defendida por Paulo Paim (PT-RS). A escolha dos conselheiros para o mandato 2020-2023 ocorreu ontem em todos os municípios brasileiros. O conselho tutelar é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

— O conselho tutelar tem independência no exercício de suas atribuições, que vão desde o aconselhamento dos pais, responsáveis e professores até encaminhamentos ao Ministério Público em defesa da nossa gente, como também de qualquer notícia de infração contra os direitos da criança e do adolescente.

Wellington Fagundes destaca 241 anos de Cáceres, em Mato Grosso

Wellington Fagundes (PL-MT) parabenizou na sexta-feira em Plenário a cidade de Cáceres (MT) pelos 241 anos de fundação. O senador destacou que o município tem grande importância no estado por ser uma região turística, às margens do Rio Paraguai.

O município também é conhecido por ser grande produtor de gado e de teca, árvore nativa das florestas tropicais da Ásia que se adaptou à região. O senador disse torcer para a implantação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) no local.



Pedro França/Agência Senado

Conselho de Comunicação analisa projeto que pune fake news

O Conselho de Comunicação Social (CCS) vota hoje um relatório sobre dois projetos de lei da Câmara que impõem limites ao uso de redes sociais.

O PL 9.533/2018 altera a Lei de Segurança Nacional para considerar crime a produção ou a divulgação de notícias falsas (fake news) que provoquem atos de violência. Já o PL 2463/2019 proíbe a

disseminação de imagens ou informações sobre massacres. O relator é o conselheiro Sydney Sanches, advogado e representante dos artistas.

O conselho pode votar ainda um relatório sobre liberdade de imprensa, solicitado por Eliziane Gama (Cidadania-MA). Depois dos relatórios, o CSS promove audiência pública sobre a situação do audiovisual no Brasil.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



SEGUNDA

- CDH Reforma da Previdência**
9h Audiência sobre Previdência e trabalho.
- CAE Comunicação sob demanda**
10h Debate sobre o PLS 57/2018, que regula a comunicação audiovisual sob demanda.
- CCS Uso de redes sociais**
10h Entre 4 itens, relatório sobre dois projetos de lei da Câmara que impõem limites ao uso de redes sociais.
- CMA Combustíveis fósseis**
14h Audiência para discutir o PLS 454/2017, que proíbe carro novo movido a combustível fóssil a partir de 2060.

TERÇA

- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Discursos e avisos da Mesa.
- CDH Reforma tributária**
9h Debate sobre a reforma tributária.
- CI Presidente da Anac**
9h Audiência com o presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, José Ricardo Botelho, para avaliar as políticas públicas da agência reguladora. Depois, pauta de 11 itens, entre eles o PLC 60/2018, que amplia subsídio para energia na agricultura irrigada e aquicultura.
- CAE Verba do pré-sal para gasodutos**
10h Entre 17 itens, o PL 3.975/2019, que destina recursos do pré-sal para financiar gasodutos.
- CCJ**
11h A PEC 95/2019, que prorroga prazo de vigência do regime especial de pagamento de precatórios, é um dos 35 itens.
- CE Isenção para passaportes**
11h Na pauta de 19 itens, o PL 861/2019, que isenta estudantes de pagarem por passaporte.

QUARTA

- CTFC Pagamento de faturas**
11h30 Entre 10 itens, o PLS 374/2017, que faculta o pagamento da fatura fora do estabelecimento do fornecedor.
- CONGRESSO Vetos e LDO 2020**
14h Análise de vetos ao projeto que muda as regras eleitorais, além do PLN 5/2019, que trata da LDO para 2020.
- MP 889/2019 Saque do FGTS**
14h30 Análise do relatório.
- MP 894/2019 Crianças com microcefalia**
14h30 Audiência pública.
- CDR Turismo cívico**
9h Audiência para debater o fomento ao turismo cívico no Brasil.
- CAS Proteção e defesa civil**
9h30 Entre 21 itens, o PL 692/2019, que muda política de proteção e defesa civil.
- CRA Poços artesanais**
11h O PLC 111/2015, que aprova consórcio para compra de máquinas de poços artesanais, é um dos 8 itens.
- CMCC Regularização fundiária**
14h30 Debate sobre regularização fundiária.
- CDH Vagas para deficientes**
8h30 Lançamento do livro *Análise da Seguridade Social*, da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip). Depois, pauta de 26 itens, entre eles o PLS 124/2017, que garante vagas para pessoa com deficiência em transportes coletivos.
- MP 894/2019 Crianças com microcefalia**
10h Audiência com a participação de mães e representantes de famílias de crianças com microcefalia.

Previsão atualizada às 18h de sexta-feira pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Davi Alcolumbre
- Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia
- Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins
- Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão
- Segundo-secretário:** Eduardo Gomes
- Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro
- Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze
- Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Érica Ceolin
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Silvío Burle
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

Jornal do Senado

- Editora-chefe:** Fernanda Vidigal
- Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
- Diagramação:** Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Rouque de S/Agência Senado - 2/10/2019



Reunião do Plenário presidida por Davi Alcolumbre, presidente da Casa. MPs impedem votação de outros projetos

Senado vota distribuição de bens de traficantes

Três MPs alteradas pela Câmara, que tramitam como projetos de lei de conversão, estão na pauta. O primeiro acelera o repasse aos estados e DF de recursos da venda de bens apreendidos de traficantes

QUATRO MEDIDAS PROVISÓRIAS trancam a pauta do Plenário, que tem sessão deliberativa marcada para amanhã. Três MPs sofreram mudanças na Câmara e agora tramitam como projetos de lei de conversão.

O PLV 20/2019, oriundo da MP 885/2019, agiliza o repasse a estados e ao Distrito Federal do dinheiro arrecadado com a venda de bens apreendidos ligados ao tráfico de drogas.

Segundo a MP, o repasse a outros entes federados não mais dependerá de convênio e poderá ser feito de forma direta, como transferência voluntária. A condição é que as polícias tenham estrutura para gerir os ativos e não deixem de enviar os dados estatísticos de repressão ao tráfico para o sistema de informações do Executivo federal.

Cadastro Rural

O PLV 22/2019, decorrente da MP 884/2019, acaba com o prazo final para inscrição

no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Antes da MP, a data limite era 31 de dezembro de 2018.

O CAR foi criado pelo Código Florestal (Lei 12.651, de 2012) para recolher informações sobre o uso da terra e amparar o Programa de Regularização Ambiental (PRA), que suspende multas por desmatamento aplicadas até julho de 2008.

De acordo com o parecer do senador Irajá (PSD-TO), mesmo sem um prazo final definido o proprietário rural que decidir se inscrever no CAR até 31 de dezembro de 2020 terá dois anos para aderir ao PRA.

Servidores

Outro texto na pauta é o PLV 23/2019, vindo da MP 888/2019, que garante a permanência na Defensoria Pública da União (DPU) de 819 servidores requisitados do Poder Executivo. O texto aprovado na Câmara é de Lasier Martins (Podemos-RS), que

fez apenas ajuste de redação.

Na prática, a MP garante o funcionamento de 43 unidades municipais da DPU espalhadas pelo país que corriam o risco de fechamento caso os servidores — cerca de dois terços da força de trabalho administrativa da instituição — tivessem que voltar aos órgãos de origem a partir de 27 de julho.

Por fim, os senadores terão de analisar a MP 887/2019, que autoriza o Comando da Aeronáutica a prorrogar, até 30 de junho de 2021, 30 contratos do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial firmados a partir de junho de 2015. O instituto certifica e regulamenta equipamentos e sistemas usados pela Força Aérea.

Além das MPs, outras matérias estão na pauta, como a PEC que revoga a isenção de ICMS na exportação de produtos não industrializados e semielaborados (PEC 42/2019).

Girão defende manutenção de vetos na Lei Eleitoral

Eduardo Girão (Podemos-CE) defendeu na sexta-feira a manutenção dos vetos do presidente Jair Bolsonaro ao projeto que altera regras eleitorais.

— Nós temos que manter esses vetos do presidente, pelo menos isso, uma vez que ele não vetou alguns pontos absurdos, como aquele que permite que os partidos possam pagar com o dinheiro do contribuinte advogados para membros acusados de corrupção. Então, que, pelo menos, a gente possa manter os vetos que o presidente fez.



Pedro França/Agência Senado

Cortes comprometem desenvolvimento científico, diz Izalci

Izalci Lucas (PSDB-DF) alertou na sexta-feira para o contingenciamento de recursos da União para o Ministério da Ciência e Tecnologia. De acordo com o senador, os cortes no orçamento da pasta comprometem o desenvolvimento do país.

Izalci destacou que a falta de dinheiro está prejudicando o Projeto Sirius, que abriga 200 empresas e mais de mil pesquisadores. De acordo com ele, havia uma previsão de repasses de R\$ 255 milhões em 2019. Entretanto, só foram repassados R\$ 75 milhões, apenas 30% do total.



Pedro França/Agência Senado

Gurgacz defende mais investimentos para rodovias no Orçamento

Acir Gurgacz (PDT-RO) defendeu na sexta-feira mais investimentos para as rodovias. Para o senador, há poucos recursos para infraestrutura no projeto da Lei Orçamentária Anual de 2020 (PLN 22/2019), enviado pelo Executivo ao Congresso. Segundo Gurgacz, o valor para as rodovias caiu de R\$ 6,4 bilhões para R\$ 4,5 bilhões em 2020. Ele lembrou que o valor é bem inferior ao orçamento de 2014, que era de R\$ 14 bilhões.

— Isso certamente vai levar a malha rodoviária nacional a um colapso nos próximos dois a quatro anos.



Pedro França/Agência Senado

Nova lei limita despesas com campanhas de pleito municipal

Foi publicada em edição extra do *Diário Oficial da União* de quinta-feira a Lei 13.878, que estabelece os limites de gastos de campanha para as eleições municipais. Oriunda do PL 4.121/2019, aprovado na quarta-feira pelo Senado, a nova norma determina a repetição das regras usadas no pleito de 2016, com atualização dos valores de acordo com a inflação. Por se tratar de alteração na legislação eleitoral, a lei precisava ser sancionada um ano antes das eleições do ano que vem, que acontecem no dia 4 de outubro, para que as regras pudessem ter efeito em 2020.

Em 2016, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fixou pela primeira vez um limite de gastos para as campanhas dos candidatos a vereador e prefeito. O critério escolhido foi um cálculo baseado nas prestações individuais de contas da campanha eleito-

ral anterior, em 2012.

Cada município recebeu o próprio teto para cada cargo. A única exceção foram os municípios com menos de 10 mil eleitores, onde o TSE estabeleceu valores fixos: R\$ 108 mil para prefeitos e R\$ 10,8 mil para vereadores.

Para 2020, caberá ao tribunal divulgar a tabela de tetos por município e cargo antes do pleito. Os valores de 2016 deverão ser atualizados pela inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nos municípios onde houver segundo turno na eleição para prefeito, o teto de gastos será de 40% do estabelecido para o primeiro turno da disputa.

O texto também introduz um limite para o investimento de candidatos nas suas próprias campanhas. O autofinanciamento ficará limitado a 10% do teto estabelecido para o cargo ao qual o candidato concorre.

Comissão retoma ciclo de debates sobre Previdência

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje audiência sobre previdência e trabalho, com foco na reforma da Previdência. A reunião integra o ciclo de reuniões sobre o assunto solicitado por Paulo Paim (PT-RS) no início de 2019.

Na quarta-feira, o Plenário concluiu a votação em primeiro turno da reforma da Previdência (PEC 6/2019), que só poderá receber emendas de redação. Paim, no entanto, já anunciou que apresentará 20 emendas para suprimir trechos.

Foram convidados para a audiência pública o secretário-geral da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), Luiz Gonçalves Bomtempo, o diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) Diego Monteiro Cherulli, o presidente da Sociedade Brasileira de Previdência Social (SBPS), José Pinto da Mota Filho, a advogada tributarista Jane Lucia Wilhelm Berwanger e um representante do Ministério da Economia.

Sem vetos, Jair Bolsonaro sanciona nova Lei das Teles

A nova Lei das Teles (Lei 13.879, de 2019) foi sancionada sem vetos pelo presidente Jair Bolsonaro. Resultante do PLC 79/2016, aprovado no início de setembro pelo Senado, a norma altera o regime de concessão de telecomunicações, atualiza a legislação que regulamenta o setor (Lei 9.472, de 1997) e permite a migração das atuais concessões para o regime de autorização, em troca de investimentos das empresas na expansão da banda larga. A sanção foi publicada na edição de sexta-feira do *Diário Oficial da União*.

A relatora, Daniella Ribeiro (PP-PB), comemorou no

Twitter a sanção. “Vamos avançar cada vez mais com a universalização da banda larga no Brasil”, publicou a senadora.

Diferente do contrato de concessão, que exige licitação e não pode ser rompido unilateralmente, a autorização dispensa a concorrência pública, mas pode ser revogada a qualquer tempo pelo poder público. Com o novo texto, as empresas concessionárias poderão solicitar à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a mudança de regime. Os prazos remanescentes para uso das faixas do espectro de radiofrequências ficam mantidos.

Fake news sabotaram vacinação no Império

Governo começou a vacinar população brasileira poucos anos depois da descoberta da imunização. Medo e desinformação, porém, faziam pessoas fugirem dos vacinadores

Ricardo Westin

O BRASIL ACABA de perder o certificado de país livre do sarampo. Após passar quase duas décadas registrando alguns poucos casos importados da doença, o país contabiliza neste ano 5,4 mil doentes e seis mortos. Uma das razões da volta do sarampo, segundo especialistas, é a desinformação dos pais, que têm caído em fake news que acusam a vacina de ser perigosa para os filhos. Dos seis mortos, quatro eram bebês que não haviam sido vacinados.

O medo das vacinas não é novo no Brasil. É até mais antigo do que a célebre Revolta da Vacina, de 1904. O país viveu um drama sanitário do mesmo tipo no decorrer do século 19. A doença em questão era a varíola. Apesar de dom João VI, dom Pedro I e dom Pedro II terem oferecido a vacina gratuitamente aos súditos, muitos fugiam dos médicos vacinadores, o que contribuía para que as epidemias fossem recorrentes e devastadoras.

Documentos do Arquivo do Senado mostram que a baixa adesão dos brasileiros à vacinação contra a varíola foi um problema que atormentou os senadores do início ao fim do Império.

— Em Santa Catarina, tem morrido para cima de 2 mil pessoas — discursou em 1826 o senador João Rodrigues de Carvalho (CE), citando a província da qual fora presidente (governador). — Eu estabeleci ali a vacina, deixando-a encarregada a um cirurgião hábil, mas quase ninguém compareceu. Os povos estão no erro de que a vacina não faz efeito. Quando o interesse público não se identifica com o interesse particular, nada se consegue.

Por causa das bolhas que se espalhavam pelo corpo, a doença era popularmente chamada de “bexigas”. Mesmo nos casos em que a varíola acabava não sendo letal, os “bexiguentos” pouco comemoravam. Após secar, as bolhas costumavam deixar cicatrizes que deformavam o rosto para sempre.

— As bexigas são um dos maiores flagelos que devastam a humanidade — afirmou, também em 1826, o senador Antônio Gonçalves Gomide (MG). — Na minha província, foram tantas as mortes, que o arraial da Pas-



Charge inglesa de 1802 mostra pessoas ganhando características de vaca após serem vacinadas

sagem ficou reduzido à metade. Isso não pode ser senão por desleixo, ao menos depois de haver um específico [a vacina] tão seguro.

Os senadores Carvalho e Gomide discursaram pedindo a aprovação de um projeto de lei que autorizaria o governo a aplicar mais verbas na vacinação. O dinheiro, mais especificamente, custearia as gratificações dos vacinadores. A liberação dos recursos foi aprovada pela Câmara e pelo Senado.

Proteção natural

A vacina era uma descoberta recente. Em 1796, na Inglaterra, o médico Edward Jenner observou que camponeses que ordenhavam vacas infectadas e contraíam a varíola bovina — uma variação inofensiva da doença — passavam a sair ilesos dos surtos de varíola humana. Ele, então, decidiu inocular em pessoas saudáveis o pus das bolhas da vaca e comprovou o seu poder protetor. Jenner batizou o pus bovino de “vacina”, uma derivação da palavra latina *vacca*.

No entanto, parte da população tinha pânico da vacina. Um dos medos era que a imunização, em vez de evitar, desencadeasse a varíola e levasse à morte. Reforçava esse temor o fato de o vacinado desenvolver uma bolha, ainda que superficial e inofensiva, no local da inoculação. Outro medo era que a vacina transmitisse doenças bovinas para as pessoas.

Há relatos de mães que escondiam os filhos debaixo da cama ao ouvir o vacinador bater na porta e até de populações inteiras que fugiam de povoados quando a campanha de vacinação chegava. Inclusive no Senado se encontrava desinformação.

— Eu não sei se a medicina já decidiu esta importante questão: se a vacina prejudica a saúde futura dos meninos — discursou o senador Visconde de Jequitinhonha (BA) em 1862.

— É uma questão decidida há muitos anos — respondeu, indignado, o senador Cruz Jobim (ES), que era médico e defensor ardoroso da vacina.

— Decidida em que sentido? — devolveu Jequitinhonha. — Li ainda

outro dia dúvidas acerca disso.

Foi a deixa para que Cruz Jobim desse uma palestra aos colegas:

— Na opinião dos inimigos da vacina, ela dá ocasião ao desenvolvimento de muitas outras moléstias que aumentam a mortalidade dos povos. Semelhante opinião é gratuita e infundada. Nenhuma dúvida há de que o preservativo é de grande vantagem. Há 20 anos, tendo aparecido a bexiga em uma horda de selvagens no Canadá, mais de 20 mil morreram. Estamos muito longe de observar cenas horrorosas como essas nos países onde a vacina está em prática. Para que caluniá-la? Para que atribuir-lhe males que ela não produz?

Não se pode colocar toda a culpa na ignorância da população. A ciência da época não conseguia explicar como a vacina protegia as pessoas. Edward Jenner fez sua descoberta a partir de meras observações empíricas. Na falta de uma explicação científica plausível, muitos médicos condenavam a imunização. Entre eles, estava o português Heliodoro Carneiro Jacinto de Araújo, que em 1808 escreveu um livro repleto de ataques à vacina. A obra, lançada em Lisboa, ajudou a disseminar o medo na Colônia.

Além disso, espalhavam-se mentiras propositalmente. Na vila de Paracatu (MG), em 1832, o início de uma campanha de vacinação fez a população apedrejar a casa do presidente da câmara municipal (cargo hoje equivalente ao de prefeito) e quase linchá-lo. Essa pequena revolta da vacina estourou por causa de bilhetes e folhetos que informavam que a intenção do político com a imunização era matar as pessoas. Mais tarde, descobriu-se que as notícias falsas haviam partido do juiz de Paracatu, que era inimigo declarado do presidente da câmara.

Três décadas antes, dom João VI havia feito seus filhos serem vacinados em público, justamente para dissipar o temor dos súditos portugueses. O príncipe regente conhecia bem a devastação da varíola. Ele havia perdido dois irmãos, um genro e um filho para a doença. Sua mulher, dona Carlota Joaquina, era uma sobrevivente que

carregava no rosto as cicatrizes indelévels das bexigas — o que ajuda a explicar a fama de feia.

Em 1811, apenas três anos depois de se mudar para o Brasil, dom João VI criou a Junta de Instituição Vacínica da Corte, destinada a executar a imunização em massa no Rio de Janeiro e a enviar a vacina para as províncias.

Edward Jenner havia ido ainda mais longe. Ele descobriu que a bolha benigna que se formava no local da inoculação também continha o pus protetor contra a varíola. Assim, cada indivíduo vacinado também se tornava produtor da vacina. Oito dias após a imunização, a pessoa se apresentava novamente ao vacinador, para que ele furasse a sua bolha e inoculasse esse pus em outras pessoas. O processo se chamava vacinação braço a braço.

A reapresentação oito dias depois era importante também para que se verificasse se a pessoa havia mesmo sido imunizada. A ausência de bolha no braço era sinal de que o vírus não fora inoculado adequadamente, o que exigia uma nova vacina. O problema é que muita gente simplesmente não voltava ao vacinador. Assim, pessoas que acreditavam estar imunizadas acabavam sendo pegadas pela varíola. Esse tipo de situação reforçava a crença de que a vacina não funcionava.

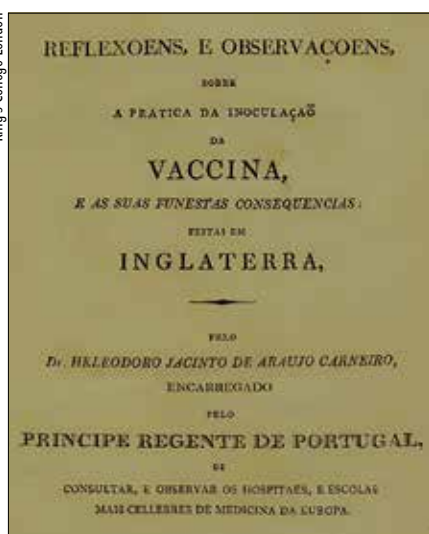
Um decreto assinado por dom Pedro II em 1846 tornou a vacinação obrigatória no país, mas a norma foi praticamente letra morta. Por isso, em 1871, o senador Cruz Jobim apresentou um projeto de lei que previa uma multa de 200 mil réis para o chefe de família que deixasse de vacinar seus filhos e escravos. Toda pessoa que morresse de varíola teria o corpo examinado, para saber se tinha a marca da vacina.

Chamado ao Senado para tratar da questão, o primeiro-ministro Marquês de Olinda jogou um balde de água fria no projeto de Cruz Jobim e afirmou aos senadores que seria impossível fechar o cerco contra aqueles que escapavam da vacinação obrigatória:

— Na Inglaterra e na França, pode executar-se o rigor em razão da aproximação da população à roda das autoridades. Assim mesmo, escapam muitos. Mas nós sabemos bem que não é possível executar isso nas nossas capitais e muito menos no interior.

O projeto de 1871 não foi aprovado. A varíola ainda matava brasileiros por mais um século. Em 1959, a Organização Mundial da Saúde (OMS) iniciou uma campanha internacional de erradicação por meio da vacinação em massa. A varíola desapareceu do Brasil em 1971. Em 1980, a OMS declarou que o mundo estava finalmente livre da doença, e a vacina deixou de ser aplicada. Entre 1900 e 1979, a varíola matou 300 milhões de pessoas em todo o planeta.

SAIBA MAIS
Estudo sobre a vacinação contra a varíola no Império: <http://bit.ly/vacinalmperio>



Livro de 1808 em que o médico português Heliodoro de Araújo fez críticas à vacina